



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Juventude.

AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF

Rosilene Marques Sobrinho de França¹

Resumo: O trabalho analisa a realidade social que afeta jovens e suas famílias no Brasil em tempos neoliberais, discutindo-se o trabalho do SCFV articulado ao PAIF. Com base em estudo bibliográfico e documental, os resultados mostraram os desafios desse trabalho social quanto ao atendimento das especificidades de segmentos e grupos, frente às segregações, estigmas e marginalizações que os territórios apresentam, aprofundadas no contexto do neoliberalismo, com acirramento das situações de pobreza e fragilização de vínculos, notadamente de jovens pobres e negros da periferia, a partir de processos subordinados aos determinantes político-sociais do capitalismo em âmbito global.

Palavras-chave: Assistência Social; Juventude; Desigualdades Sociais.

Abstract: the paper analyzes the social reality that affects young people and their families in Brazil, discussing the work of the SCFV articulated to PAIF in face of the problems experienced in the contemporary world. Based on a bibliographical and documentary study, the results showed the challenges of this social work regarding the specificities of segments and groups, in the face of the segregation, stigma and marginalization that the territories present, deepened in the context of neoliberalism, and the weakening of ties, especially of poor and black youth from the periphery, from processes subordinated to the social-political determinants of capitalism at a global level.

Keywords: Social assistance; Youth; Social differences.

1 INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social no Brasil emerge sob um viés pontual e fragmentado, atrelada às necessidades do processo de industrialização e de urbanização no contexto de um capitalismo tardio, que, a partir da década de 1930 se expressa a partir de conjunturas político-sociais marcadas por processos de organização produtiva e de lutas dos trabalhadores, contexto em que o Estado se apresenta como instância mediadora, que, aos poucos, passa a desenvolver ações protetivas frente às demandas político-sociais que se apresentam.

Diante da exploração, da subalternidade e da inversão dos direitos, as desigualdades de classe, de gênero, étnicas, geracionais e de renda se apresentam como desdobramentos de processos construídos historicamente e socialmente, cujas nuances apresentam vínculos sociais frágeis, em face da precarização do acesso ao trabalho, a

¹ Professora com Formação em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail: <rosilenemarquessobrinho@gmail.com>.

moradia, a renda e a processos de negação das desigualdades étnico-raciais, que marcam a vida econômica e as sociabilidades.

A Constituição Federal de 1988 prevê a formatação de políticas públicas, cujos marcos legais e regulatórios preveem a sua execução a partir de ações descentralizadas e participativas. No caso da Assistência Social, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, passou a ser ofertada a partir de um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, visando atender aos diversos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco social ou com direitos violados.

Nesse contexto, o estudo está centrado na análise o trabalho social desenvolvido no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) articulado ao Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), situados no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, frente às desigualdades sociais que afetam jovens e suas famílias na realidade brasileira.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira, discute as desigualdades sociais que afetam os jovens e os suas famílias na realidade brasileira e, a segunda, análise o trabalho social no âmbito do SCFV articulado ao PAIF na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, voltados para estes segmentos sociais e suas famílias.

1 AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

As desigualdades sociais que afetam os segmentos juvenis na contemporaneidade estão sendo aprofundadas no contexto do capitalismo em tempos neoliberais, diante da redução da ação do Estado por meio de políticas públicas, com efeitos devastadores junto a população pobre, com concentração de renda, inclusão marginal, estigmatização e expropriação das classes sociais, com desdobramentos nefastos junto às juventudes, sobretudo pobre e negra, que historicamente têm sofrido processos de coerção e de criminalização (SOUZA; PAIVA, 2012).

De acordo com Abramovay *et al.* (2010, p. 38), os territórios em que vivem significativa parcela da juventude pobre no Brasil são segregados e marginalizados, com desdobramentos nas relações que se estabelecem na vida político-social. Em conformidade com a autora, vive-se na contemporaneidade na “sociedade do espetáculo”, contexto em os referidos estigmas são reforçados na mídia e no meio social, visto que as imagens se apresentam nas relações cotidianas a partir de uma perspectiva de mercado. Contexto em que a exclusão social ou inclusão marginal, a disseminação da violência e a ruptura de laços sociais aponta para a desfiliação de algumas categorias sociais, como a juventude (ABRAMOVAY *et al.*, 2010, p. 40).

Considerando o contexto contemporâneo de inclusão marginal de jovens, Abramovay et al (2010, p. 40) coloca a seguinte questão, “Como pensar a construção das subjetividades e da sociabilidade de jovens que desde muito cedo são rotulados e sobrevivem através, e apesar dos clichês, dos estereótipos de pobres, negros e/ou perigosos?”.

Para Santos (2007, p. 79-81), a partir do projeto neoliberal que afeta significativamente a periferia do capitalismo, a modernidade ocidental contemporaneamente vivencia a ascensão do fascismo social, que, enquanto regime societário, coexiste com a democracia política liberal. A partir do que o autor chama de fascismo pluralista, caracterizado por relações desiguais de poder, que podem ser manifestadas nas seguintes formas: a) fascismo do *apartheid* social, com segregação de excluídos no espaço urbano, dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas, onde se pode apreender espaços periféricos e condomínios fechados, com relações que mesclam o não-estatal e o estatal; b) fascismo contratual, onde a parte vulnerável, a exemplo do trabalhador, se submete a relações precárias de trabalho, privatização de serviços públicos; c) fascismo territorial, por meio do qual grandes grupos exercem o poder sobre o território cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes, afetando sobremaneira a juventude urbana dos guetos das megacidades.

A crise capitalista no Brasil, a partir de 2014, promoveu uma redução no crescimento econômico e na geração de emprego com a elevação dos índices de extrema pobreza, apesar dos “benefícios do programa Bolsa Família” (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016, p. 17). Isso afetou jovens cujas experiências são marcadas pela pobreza, periferação e segregação, favorecendo a fragmentação e o isolamento social, diante das estreitas zonas de integração ao trabalho, reduzindo significativamente a capacidade de acesso a suportes que possam ultrapassar a inserção marginal ao sistema.

Nesse contexto, Abramovay et al (2010, p. 40) destaca que, o estigma territorial “incita o Estado a adotar políticas específicas, derogatórias do direito comum e da norma nacional, que na maior parte das vezes reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater, em detrimento dos habitantes”, diante dos significados e símbolos que são associados a estes territórios, que alteram negativamente as relações que se estabelecem em seu cotidiano (ABRAMOVAY et al, 2010, p. 45), afetando sobremaneira jovens pobres e negros da periferia urbana.

No que se refere à categoria pobreza, essa precisa ser vista a partir de seus aspectos multidimensionais, visto que contribui significativamente para os processos de desfiliação social, afetando sobremaneira áreas urbanas e rurais frente a precarização da moradia, a ausência de saneamento básico, a fragilidade de acesso a renda, dentre outros (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

O estudo realizado pelo IPEA; SBSP (2018, p. 41) aponta a existência de um cenário de desigualdade racial, mostrando que o “risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco”. A desigualdade racial tem como principal desdobramento a violência letal, que afeta principalmente jovens negros e pobres da periferia dos centros urbanos (IPEA; SBSP, 2018, p. 41).

Por sua vez, as desigualdades de gênero, de classe e de raça, têm sido, historicamente, perpassadas pelo patriarcado, que se apresenta como uma construção sociohistórica na realidade brasileira, enquanto sistema de opressão de gênero que afeta “mulheres, gays, lésbicas, transgêneros e outros que não se alinham à heteronormatividade” (CASTRO, 2018, p. 6-7). Essa realidade afeta, significativamente, jovens pobres e negros (as).

Muitas estão em redes presenciais e virtuais por seu corpo, por “suas regras” (como gritam tantos em passeatas), e/ou por projetos libertários (“se cuida machismo, a América Latina será toda feminista”, outra comum consigna), “Sapatão contra toda opressão”, proclamava uma das bandeiras da 10ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte, realizada em agosto de 2014 (ALVAREZ, 2014, p. 37); por sexualidades não heteronormativas e em alianças com povos LGBTQ, como as pessoas trans e de orientação queer; muitas focalizam energias. Contra fundamentalismos e perdas de direitos, tanto sexuais e reprodutivos, bem como, o que mais destacamos como singular destes tempos, combinando tais posturas com críticas à barbárie capitalista, o que em muitos movimentos vai além de representações de resistência contra o golpe, avançando por críticas estruturais, quer no plano virtual, por formação de redes, como em passeatas que agitaram as ruas em 1917, no Brasil. O que anima a reflexão dialética sobre a potencialidade de “cidadanias insurgentes” (HOUSTON, 2013) que, como bem sugere a contribuição das feministas negras, é, nestes tempos, com uma perspectiva interseccional, juntando sem diluir críticas à sociedade de classes, ao racismo, às iniquidades de um sistema de gênero patriarcal. Protestos debochados, que desconstrói conceitos, como a “Marcha das Vadias”, recorrendo ao corpo com cores e linguagens feministas juvenis (CASTRO; ABRAMOVAY, 2018, p. 39).

De acordo com os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 49.497 casos de estupro em 2016, havendo ainda muitos casos não notificados (IPEA; SBSP, 2018). O referido estudo mostra que a “proporção de casos de estupros cuja pessoa se identifica como branca caiu de 2011 até 2014”, em relação às pessoas que se “identificam como pessoas pardas, os casos cresceram em uma variação de 4,5%, envolvendo 45,3% dos casos” (IPEA; SBSP, 2018, p. 64).

As lutas feministas tem trazido à tona essa discussão no contexto das relações capitalistas, com significativas demandas para as políticas públicas a necessidade de problematizar e discutir as “desigualdades sócio-sexo-raciais”, considerando que estas têm sido aprofundadas diante do conservadorismo que perpassa as relações políticas, econômicas e sociais na contemporaneidade (CASTRO, 2018, p. 11).

Diante da atuação da política de Assistência Social junto a essas problemáticas sociais, em relação à atuação do SCFV articulado ao PAIF analisar-se-á de que forma as

diretrizes dos respectivos serviços abordam o trabalho socioeducativo e socioassistencial junto aos segmentos juvenis e suas famílias nas situações de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza e extrema pobreza, segregação socioterritorial e fragilização de vínculos familiares e comunitários.

2 O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF NO ATENDIMENTO A JOVENS POBRES E SUAS FAMÍLIAS

A política de Assistência Social no Brasil, a partir da década de 1930, se apresenta sob um viés pontual e fragmentado, com significativos enfoques paternalistas e clientelistas. No período de 1945-1975, as ações desenvolvidas favoreceram a expansão do capitalismo a partir de processos de modernização e de assistência junto aos operários, favorecendo a dinâmica de desenvolvimento do capital. Nesse contexto, as garantias de direitos da classe trabalhadora estavam atreladas à produção e consumo em massa, ensejados a partir dos processos de trabalho estabelecidos no modelo fordista, que se apresentava como o regime que regia as organizações no âmbito da produção industrial (SILVA, 2012). Com a redemocratização do país, ocorreu a formatação de mecanismos visando a organização de sistemas públicos para atender às diversas demandas que indivíduos e grupos ora apresentavam.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, dispõe que a Assistência Social deverá ser ofertada a quem dela necessitar, sem quaisquer contribuições para a seguridade social, disposições que foram regulamentadas pela Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O Sistema Único da Assistência Social, estabelecido a partir de 2005, prevê a oferta de um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a serem ofertados no âmbito da Proteção Social Básica e Especial, enquanto política pública garantidora de direitos, cujas ofertas deverão estar sendo realizadas a partir de uma estrutura político-administrativa que viabilize a descentralização e a participação, tem como base as estratégias de família e de território e referência os CRAS e CREAS.

Na Proteção Social Básica, a atenção aos jovens poderá ocorrer no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) por meio do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Na Proteção Social Especial, ocorre nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), quando esses se encontram em situação de risco pessoal ou social ou sofrem violação em seus direitos. Quando necessitam de atendimento fora de seu núcleo familiar de origem podem ser inseridos no Serviço de Acolhimento Institucional.

A Proteção Social Básica atua frente às situações de pobreza de nulo ou precário acesso a renda e a serviços públicos, fragilização dos vínculos de pertencimento, quando ocorrer “discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras” (BRASIL, 2004, p. 33). Nesse contexto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de dezoito a vinte e nove anos, deverá ser “realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários” [...] a fim de complementar o trabalho social com famílias”, com a prevenção do agravamento dos riscos sociais, a partir de um trabalho socioeducativo e socioassistencial a ser desenvolvido no âmbito do PAIF (BRASIL, 2009, reimpressão 2014, p. 16). Desse modo, analisar-se-á as diretrizes dos serviços supracitados para a atuação destes junto aos segmentos juvenis e suas famílias nas situações de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza e extrema pobreza, segregação socioterritorial e fragilização de vínculos familiares e comunitários.

Quadro 1 – Fragilidades do trabalho do SCFV articulado ao PAIF junto a jovens/famílias pobres e extremamente pobres, segregados e com vínculos societários fragilizados

Aspectos	Diretrizes para a atuação do SCFV articulado ao PAIF	Fragilidades identificadas em relação à garantia dos direitos de jovens/famílias
Pobreza e extrema pobreza	A inserção de jovens no SCFV objetiva desenvolver um trabalho socioeducativo complementar às ações da família e da comunidade, sendo que a atuação articulada ao PAIF busca trabalhar junto à família as situações que ensejam as condições precárias de vida e que podem ser agravadas diante do precário ou nulo acesso a renda ou aos serviços públicos.	De modo geral, a fragilidade das ofertas de serviços no âmbito das políticas públicas, os recortes seletivos e focalizados e o trabalho socioeducativo e assistencial dissociado das expressões da questão social que afetam indivíduos e famílias nos territórios, fragilizam o trabalho com os segmentos juvenis e suas famílias.
Segregação socioterritorial	O trabalho socioeducativo do SCFV articulado ao PAIF visa atuar no enfrentamento dos estigmas, segregações, discriminações e isolamento social, prevenindo a ocorrência de fragilização/rompimento de vínculos familiares e comunitários.	A segregação territorial se relaciona com questões estruturais do sistema capitalista e com a forma como o processo de urbanização foi sendo produzido no Brasil, sendo que a construção/respeito ao sentimento de identidade e de pertencimento, perpassa também o acesso a bens e serviços, muitas vezes inexistentes nos territórios periféricos onde vivem as famílias e os segmentos juvenis pobres.

Fragilização de vínculos societários	As diretrizes do SCFV tem como foco a convivência social enquanto principal eixo do serviço, sendo que o trabalho articulado ao PAIF visa estimular a convivência familiar e comunitária, de forma a desenvolver o sentimento de pertença e de respeito às identidades, de forma a fortalecer as sociabilidades e o exercício da cidadania.	As sociabilidades compreendem relações que inter-relacionam o local e o global e desigualdades que, em tempos neoliberais, estão sendo aprofundadas a partir de determinantes político-sociais engendradas no contexto do sistema capitalista em conjunturas globalizadas. Nesse sentido, o trabalho com jovens no âmbito do SCFV articulado ao PAIF apresenta significativas fragilidades, visto que a fragilização de vínculos societários se relaciona com questões estruturais, que ensejam os estigmas, discriminações e desigualdades relacionadas a trabalho, a renda, a geração, a gênero, a orientação sexual e a raça/etnia, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira e que precisam ser enfrentadas a partir de ações e contrapartidas efetivas envolvendo mecanismos e estratégias no campo jurídico, político, econômico e social.
--------------------------------------	---	--

Fonte: Brasil, 2017.

O quadro 1 mostra que o trabalho do SCFV articulado ao PAIF se depara com o desafio de estar diagnosticando as especificidades familiares em territórios perpassados pelas expressões da questão social. Em relação à **pobreza e extrema pobreza**, os dados do IBGE (2018, p. 33) mostram que os “indicadores de mercado de trabalho não interromperam a piora observada desde 2015”, visto que “a taxa de desocupação, que era de 6,9% em 2014, aumentou continuamente até atingir 12,5%, em 2017”, apresentando um aumento correspondente a “mais 6,2 milhões de pessoas desocupadas, pode ser atribuído, por um lado, ao ingresso de pessoas na força de trabalho à procura de ocupação (5,2 milhões de pessoas) e, por outro, à redução de 1,0 milhão de pessoas ocupadas entre 2014 e 2017”.

Essa realidade afeta sobremaneira as famílias pobres e extremamente pobres que vivem na periferia das cidades e no meio rural, que, enfrentam os desafios que a dinâmica territorial apresenta, a partir das determinações político-sociais capitalistas globais. De modo que a fragilidade das ofertas de serviços no âmbito das políticas públicas, os recortes seletivos e focalizados e o trabalho socioeducativo e assistencial dissociado das expressões da questão social que afetam indivíduos e famílias nos territórios, fragilizam o trabalho com os segmentos juvenis e suas famílias.

No que se refere à **segregação territorial**, o público prioritário do PAIF são as famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, em situação de pobreza e de extrema pobreza, que, para além do recorte de renda, vivenciam as expressões da questão

social que se expressam de formas diversas, cujos desdobramentos configuram-se em estigmas, marginalizações e segregações sociais.

O trabalho socioeducativo do SCFV articulado ao PAIF visa atuar no enfrentamento dos estigmas, segregações, discriminações e isolamento social, prevenindo a ocorrência de fragilização/rompimento de vínculos familiares e comunitários. Contudo, compreende-se que a segregação territorial se relaciona com questões estruturais do sistema capitalista e com a forma como o processo de urbanização foi sendo produzido no Brasil, sendo que a construção/respeito ao sentimento de identidade e de pertencimento, perpassa também o acesso a bens e serviços, muitas vezes inexistentes nos territórios periféricos onde vivem as famílias e os segmentos juvenis pobres.

Em relação à **fragilização de vínculos familiares e comunitários**, é importante destacar que as sociabilidades compreendem relações que inter-relacionam o local e o global e desigualdades que, em tempos neoliberais, estão sendo aprofundadas a partir de determinantes político-sociais engendradas no contexto das contradições do sistema capitalista, que perpassam conjunturas globalizadas. De modo que o trabalho com jovens do SCFV articulado ao PAIF apresenta significativas fragilidades, visto que a fragilização de vínculos societários se relaciona com questões estruturais, que ensejam os estigmas, discriminações e desigualdades relacionadas a trabalho, a renda, a geração, a gênero, a orientação sexual e a raça/etnia, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira e que precisam ser enfrentadas a partir de ações e contrapartidas efetivas, envolvendo mecanismos e estratégias no campo jurídico, político, econômico e social.

Nesse contexto, cabe destacar que a coesão social se relaciona com a “capacidade dos vínculos sociais de manterem relações de confiança, previsibilidade e reciprocidade, tanto entre os cidadãos, quanto entre estes e o Estado” (SILVEIRA, 2013, p. 152). Ao analisar essa realidade, Ribeiro (2016, p. 214) enfatiza que as desigualdades urbanas se expressam quando parte da população não usufrui dos bens e serviços socialmente produzidos.

Para Iamamoto (2013, p. 329), apesar de ter havido uma redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2011, existe uma “naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos ‘excessos da exploração e da desigualdade’”, visto que essa realidade convive com um “profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais”.

De forma que, ao tempo em que a política de Assistência Social na perspectiva do SUAS, formalmente, visa trabalhar as situações de vulnerabilidade e riscos social vivenciadas pelas famílias e indivíduos, o contexto contemporâneo apresenta dinâmicas perpassadas por situações produtoras e reprodutoras de desigualdades historicamente

construídas que afetam, sobretudo, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, dentre outros, com cenários de exclusão social ou de inclusão marginal ao sistema.

Nesse contexto, a política de Assistência Social a partir das estratégias de família e de território trabalha com o conceito de vulnerabilidade social e risco para análise dos níveis de desfiliação social. Para Castel (2000), os aspectos que interferem direta ou indiretamente na desfiliação perpassam as relações capitalistas e às sociabilidades que se estabelecem no meio social. Assim, a juventude enquanto categoria social com múltiplas conceituações frente às especificidades que apresenta, precisa ser também discutida a partir de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, levando-se em consideração os contextos em que estes segmentos estão inseridos.

De acordo com Cassab et al (2010, p. 104), as juventudes devem ser compreendidas a partir de uma percepção simbólica dos sujeitos considerados jovens e a forma como os diversos segmentos e grupos sociais apreendem os significados a ela relacionados. Assim, pode-se afirmar que não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes, visto que estão relacionadas a processos sociais complexos, conforme as espacialidades e temporalidades dos contextos em que estão inseridos, com expressões plurais e diversas, expressando, dentre outras, diferenças identitárias, de classe social, de gênero, étnicas e de renda, devendo ser percebida a partir das experiências pessoais, familiares, comunitárias e territoriais que vivenciam (CASSAB et al, 2010, p. 104),

O atendimento/acompanhamento às famílias no âmbito do PAIF deve estar pautado na perspectiva do território, contexto em que o trabalho com jovens no âmbito do SCFV articulado PAIF em tempos neoliberais perpassa o desafio não somente de diagnosticar, mas, também de efetivamente trabalhar as desigualdades sociais no contexto das relações capitalistas, marcadas pela “individualização que se intensifica à medida que o capitalismo impõe a cultura da liberdade individual e da meritocracia”, com uma cultura midiática cada vez mais voltada para uma liquidez das relações sociais, com “valores associados à mocidade, como a ideia de liberdade pessoal” (SOUZA; PAIVA; 2012, p. 357).

Formalmente, o trabalho do SCFV está fundamentado em uma dimensão socioeducativa, visando desenvolver a participação social e o sentimento de pertença e de identidade, que, articulada ao PAIF. Alia-se, também, a uma dimensão socioeducativa com as famílias, pautada no diálogo, na prevenção da violência, estigmas e discriminações, com informações e troca de experiências, bem como socioassistencial, com inserção de indivíduos e famílias na rede de serviços públicos (BRASIL, 2009), contexto em que a atuação apresenta significativas fragilidades, diante das desigualdades estruturais que se relacionam com a engrenagem do sistema capitalista e que são agravadas em tempos neoliberais inter-relacionando determinações político-sociais em âmbito global.

A atuação junto a jovens pobres e suas famílias no campo preventivo, visando prevenir o agravamento de suas vulnerabilidades sociais, tem uma capilaridade que não atua com profundidade junto às necessidades dos grupos e, também possui uma intervenção familiar, pontual e fragmentada. Sem contrapartidas efetivas, em termos de ofertas de serviços que as demandas desse público exigem, faz com que jovens pobres e negros que vivem na periferia dos centros urbanos, continuem a vivenciar os estigmas da pobreza e da segregação territorial.

4 CONCLUSÃO

A realidade brasileira contemporânea se apresenta marcada pelo aprofundamento das diretrizes neoliberais, com flexibilização das relações de trabalho, reforma na previdência, fragilização de vínculos trabalhistas e a indiferença pelas identidades e direitos histórica e socialmente construídos. Com o avanço do conservadorismo no campo político e social, contexto em que o Estado social retroage e o Estado penal se apresenta como resposta às expressões da questão social vivenciadas por segmentos sociais pobres e negros, com significativos reflexos junto a jovens da periferia dos centros urbanos.

Apesar do rol de direitos e garantias assegurados na Constituição Federal de 1988, a atuação do Estado em tempos neoliberais tem sido mais pelo viés dos sistemas de segurança pública e de justiça do que das ações protetivas por meio das políticas públicas. Embora tenha havido avanços no processo de construção do SUAS a partir de 2005 com o estabelecimento das regulações e a definição de seu campo de atuação a partir das ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios, visando a configuração de um sistema público e participativo, as ações protetivas desenvolvidas não tem sido são capazes de atender as especificidades que os indivíduos e famílias apresentam.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam Abramovay (Coord.); ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto; CARVALHO, Luis Fellipe de; CASTRO, Mary Garcia; FEFFERMANN, Marisa; NEIVA, Roberto Rodrigues; MACIEL, Max (Autores). **Gangues, Gênero e Juventudes**: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos. 1ª ed. Brasília-DF, 2010, 314 p.

BRASIL **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, Brasília: MDS, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica da Assistência Social**, Brasília: MDS, 2005.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução de nº 109/CNAS, Brasília: MDS, 2009, reimpressão 2014.

_____. **Perguntas frequentes:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) Departamento de Proteção Social Básica (DPSB), Brasília, 10 de julho de 2017.

_____. **Atenção às famílias das mulheres grávidas, lactantes e com filhas/os até 12 anos ou com deficiência privadas de liberdade.** Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, Brasília, 2018. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Documento%20mulheres%20e%20ncarceradas%20final.pdf. Acesso em 15 de abril de 2019.

CASSAB, Clarice; TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino; FERREIRA, Kátia Oliveira Ferreira; REZENDE, Rayssa Pinto. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira, **Finisterra**, LI, 102, 2016, p. 103-120.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EUC, 2000. p. 17-49.

CASTRO, Mary Garcia. Questionando o paradigma da simplificação que considera gênero como ideologia. Juventudes no Brasil e direitos sexuais e reprodutivos. In: _____. (Org.). **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. Série Cadernos FLACSO nº 14, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Elas, jovens nas ruas, tomando partido: Brasil, pós 2013. **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. Série Cadernos FLACSO nº 14, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 31, nº 92, Outubro/2016, p. 1-21.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013, p. 326-342.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

IPEA/FBSP, **Atlas da Violência 2018**. Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). CERQUEIRA, Daniel (Pesquisador (coordenador) (Ipea) Renato Sergio de Lima - Pesquisador (FBSP e FGV) Samira Bueno - Pesquisadora (FBSP) Cristina Neme - Pesquisadora (FBSP) Helder Ferreira - Pesquisador (Ipea) Danilo Coelho - Pesquisador (Ipea) Paloma Palmieri Alves - Pesquisadora (Ipea) Marina Pinheiro - Pesquisadora (FBSP) Roberta Astolfi - Pesquisadora (FBSP) David Marques - Pesquisador (FBSP) Milena Reis - Estagiária Filipe Merian – Estagiário. Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 19 de abril de 2019.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saude soc.** [online]. 2008, vol.17, n.3, pp.63-76.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. Dossiê, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 198-230.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP** 79, novembro 2007, pp. 71-94.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7.ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Alan Teles da. **Crise capitalista e Assistência Social: concepções e particularidades das transferências de renda no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade de Brasília, Brasília-DF, dezembro de 2012.

SILVEIRA, Alair Suzeti da. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr. de 2013, p. 145-176. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2013v12n24p145/25562>. Acesso em 19 de abril de 2019.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, 17(3), setembro-dezembro/2012, p. 353-360.